

Enquanto eu escrevia este texto, uma mulher foi assassinada

Cinco. O Brasil é o 5º maior país do mundo, o 5º mais populoso, é cinco vezes Campeão do Mundo. É também o 5º país que mais mata mulheres apenas por elas serem mulheres. São quase 5 (4.8 para ser mais exata) homicídios a cada 100 mil mulheres segundo o Mapa da Violência de 2015, cerca de 13 assassinatos por dia. Outra pesquisa, do IPEA, dá um número parecido: um feminicídio a cada 90 minutos no país, o que significa que, enquanto eu escrevia este texto, alguém foi assassinada, provavelmente por alguém da família, e outro alguém está com os minutos contados.

[\(O Estado de S. Paulo, 19/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O mais chocante é que mesmo tendo números estarrecedores, ainda se nega o feminicídio no Brasil. Ainda é mimimi de feminista, conversa para boi dormir. Ninguém morre por ser mulher. Na cabeça de muita gente, a não ser que o assassino (que em geral é mesmo homem) diga “você é mulher e merece morrer” ou “estou te matando porque você é mulher” em alto e bom som, não existe crime de gênero.



Crédito: Ana Castro (Abucandjaba)

O feminicídio não se dá assim. Um crime é de gênero quando o gatilho diz respeito a alguma expectativa que recai sobre as mulheres. É quando uma mulher termina um relacionamento e o homem não é capaz de aceitar, é quando ele é traído, perde a guarda dos filhos, quando uma mulher usa uma determinada roupa, maquiagem. Quando a mulher sai de casa, estuda, dança. Os “motivos” parecem variar, mas na verdade são sempre o mesmo: um homem incapaz de aceitar que uma mulher não lhe pertence e que é um ser humano com vontades próprias. O motivo do crime nunca é a mulher terminar o relacionamento, é o homem ser incapaz de enxergá-la como uma pessoa.

E ainda assim há quem diga que crime de gênero não existe.

Nem mesmo o autor da chacina em Campinas negou a existência do feminicídio como um . Em sua carta, ele disse: “As mulheres sim tem medo de morrer com pouca idade” (sic). O escândalo que abriu o ano escancarou o ódio contra mulheres de uma maneira impressionante: praticamente toda mulher citada na carta do assassino foi chamada de vadia. Por motivos diferentes, porque para ser vadia basta ser uma mulher que desobedece.

O feminicídio nada mais é do que o extremo do que o patriarcado nos ensina todos os dias: tenha as mulheres sob controle, nem que seja preciso usar a força. E nós estamos cada vez mais extremados. O assassino desse caso em questão não disse nada de muito diferente do que nós feministas recebemos de ofensas todos os dias. Não significa que todos que nos xingam são assassinos em potencial, mas significa que nossa sociedade aceitou e normalizou o discurso de ódio de uma maneira inaceitável.

O assassinato de Isamara Filier, seu filho e de outras dez pessoas foi motivado pelo machismo, não tem nem como esconder. Foi um caso que nos chocou e que nos fez refletir, mas nem todas as mulheres que têm o mesmo destino viram notícia. E não deveria precisar para que nos indignássemos. Enquanto continuamos negando a existência do feminicídio como fenômeno social, milhares de mulheres continuam morrendo com a complacência de quem diz que é mimimi.

Bolsa Família favorece autonomia das mulheres, diz estudo de centro da ONU

O programa Bolsa Família é positivo para a autonomia das mulheres beneficiárias, bem como para seu poder de decisão no lar, seu senso de cidadania e suas escolhas reprodutivas. Por outro lado, elas tendem a

trabalhar menos horas no mercado de trabalho e realizar mais atividades domésticas, [o que acaba reforçando os estereótipos de gênero](#).

[\(Nações Unidas.org, 13/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Leia também:

[CEPAL: autonomia das mulheres é imprescindível para a igualdade de gênero](#)

A conclusão é de estudo divulgado na quarta-feira (11) pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) das Nações Unidas.

A pesquisa concluiu por meio de análises econométricas que o programa não altera significativamente a participação dos beneficiários no mercado de trabalho. Contudo, há indicativos de que, entre as mulheres, há redução de horas dedicadas ao trabalho produtivo, o que é compensado pelo aumento das horas direcionadas às tarefas domésticas.



Bolsa Família atende 13,8 milhões de famílias brasileiras. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O estudo “Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos?”, da pesquisadora associada do IPC-IG e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Letícia Bartholo, analisou sob uma perspectiva de gênero os efeitos do programa que atende 13,8 milhões de famílias brasileiras.

Criado em 2003, o Bolsa Família tem como objetivo combater a fome e a pobreza, além de incentivar a educação e os cuidados médicos nas famílias mais pobres no Brasil. As mulheres são as principais beneficiárias da iniciativa em 92% das famílias participantes, independentemente do arranjo familiar. As famílias beneficiárias devem cumprir condicionantes nas áreas de educação e saúde, conforme o perfil de seus membros, o que inclui a frequência escolar regular e o calendário de vacinação para crianças.

Os resultados do estudo demonstraram que o acesso direto aos benefícios do programa aumentou a capacidade de tomada de decisão das mulheres em relação às questões domésticas, impulsionando sua autonomia. A percepção

de ter uma fonte regular de renda fez com que elas se sentissem menos dependentes de seus parceiros. Quanto à participação no mercado de trabalho, os resultados apontaram uma redução no número de horas que elas dedicam ao trabalho produtivo, compensadas por um aumento nas horas atribuídas às tarefas domésticas e aos cuidados infantis.

Segundo o estudo, isso pode ser negativo para as questões de igualdade de gênero, uma vez que reforça os papéis tradicionais da mulher na sociedade — já que o trabalho produtivo pode contribuir para sua segurança financeira e independência. Por outro lado, também pode significar oportunidade de deixar empregos precários e exploradores, de acordo com a pesquisa.

Mulheres entrevistadas pela pesquisa que vivem em áreas rurais têm experimentado um maior senso de cidadania e reconhecimento social por terem seus documentos civis emitidos e por se tornarem a ligação direta entre as suas famílias e o governo, segundo o estudo.

Além disso, as condicionalidades do programa que fortalecem as ligações entre as mulheres e os serviços de saúde melhoraram seu acesso aos métodos contraceptivos e, portanto, aumentaram seus direitos reprodutivos. O acesso direto à renda também pode ter influenciado a busca das mulheres por mais opções de controle de natalidade.

A pesquisadora lembrou que, embora as mudanças nos papéis de gênero sejam complexas e constituam conquistas de longo prazo, elas nunca foram o objetivo principal do Bolsa Família. Mesmo assim, o programa facilitou indiretamente a autonomia das mulheres mais pobres, aumentando seu acesso aos cuidados de saúde, renda básica e permitindo-lhes a ligação direta com o Estado.

Desmonte das políticas e estudos de Gênero e Raça no Governo Federal

Não bastasse o desmonte das políticas públicas de gênero e raça pelo Governo Ilegítimo - o qual se revela no esvaziamento contínuo e profundo das ações e dos postos de trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -, na última semana teve fim a Coordenação de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Com estas medidas, a ação pública de gênero e raça e a reflexão sobre o assunto no Brasil perdem, em pouco mais de cem dias, mais de uma década de acúmulo de experiência nestas áreas. Confirma-se mais uma vez o profundo desprezo da Gestão Michel Temer pelas mulheres e pela população negra deste país.

[\(Pretas Candangas, 02/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As políticas públicas de gênero e raça chegaram à esfera federal de governo depois de muita luta dos movimentos feministas e negros. Não sem grandiosas dificuldades, posto que machismo e racismo são elementos estruturantes da formação socioeconômica profundamente desigual de nosso país. Nos últimos anos foram acumuladas notáveis conquistas (como a Lei Maria da Penha, as cotas nas universidades e no serviço público, entre outras), as quais ainda necessitavam de ajustes e aprofundamentos. O golpe interrompeu o salto de amadurecimento colocado no horizonte com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, extinto menos de 24 horas depois da chegada de Michel Temer ao Palácio do Planalto.

Agora, a reflexão sobre as conquistas alcançadas nos últimos treze anos de ação estatal e o ataque que elas vem sofrendo recentemente também são golpeadas. Com a extinção da Coordenação de Gênero e Raça do IPEA ficam prejudicadas, especialmente, a produção e disseminação de conhecimento empírico sobre a situação social de mulheres e da população negra; e a

assessoria governamental para o aperfeiçoamento da política pública aos diferentes órgãos de governo.

Se a população fosse perguntada se seria da sua vontade que políticas públicas que democratizam a sociedade brasileira fossem interrompidas, ela diria que não. E é por isso que um golpe de Estado foi promovido: porque tamanho retrocesso jamais receberia um sim das urnas.

Nota de repúdio da União de Mulheres e das Promotoras Legais Populares aos retrocessos trazidos na PLV 25/2015 (MP 696/2015)

(União de Mulheres do Município de SP, 15/03/2016) Vivemos em uma sociedade violenta, racista e machista que se move pela aversão às diferenças e pela reprodução das injustiças. A cada dia, 16 mulheres são assassinadas, 130 são estupradas e 720 são espancadas (Dossiê Violência contra as Mulheres). Mulheres ganham 30% menos do que os homens, mesmo com a mesma qualificação e no desempenho das mesmas funções. Mulheres negras ganham menos de 40% do que recebem os homens brancos no mercado de trabalho (IPEA). Reconhecer a desigualdade de gênero é o primeiro passo em direção à transformação dessa realidade.

O Brasil é o único país da América Latina que aderiu a ou ratificou todos os 14 tratados internacionais universais e regionais, genéricos ou específicos, que visam à proteção dos direitos das mulheres, o que impõe ao Estado brasileiro um forte compromisso perante a ordem jurídica internacional para a efetivação desses direitos. O Supremo Tribunal Federal admitiu que os

tratados internacionais são hierarquicamente superiores às leis ordinárias e, portanto, devem ser a referência sempre que sua aplicação se mostrar mais benéfica.

Por isso, manifestamos aqui nosso repúdio à notícia de que o Senado Federal aprovou, em 9 de março de 2016, a retirada da perspectiva de gênero das atribuições da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e apontou o Pacto de São José como o único instrumento internacional com o qual o Brasil estaria comprometido.

O termo “gênero” está presente nos tratados internacionais aos quais o Brasil se vinculou, na legislação nacional e nas políticas públicas. Excluir a perspectiva de gênero significa aceitar que as desigualdades entre homens e mulheres decorrem da constituição biológica e não de um longo processo de construção social que associa o masculino à superioridade e o feminino à inferioridade. Olhar o mundo sem a lente de gênero impede o combate à violência, o acesso a direitos e a realização da justiça.

Acesse na origem: [Nota de repúdio da União de Mulheres e das Promotoras Legais Populares aos retrocessos trazidos na PLV 25/2015 \(MP 696/2015\) aprovada pelo Senado no dia 09/03/2016](#)

Sexismo: uma realidade ainda presente no dia a dia

(Doutíssima, 03/03/2016) Enraizado na sociedade, não é difícil perceber o sexismo no dia a dia – especialmente se você for mulher. O volume cada vez maior de campanhas que buscam igualdade de gênero e liberdade é apenas uma amostra..

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as

mulheres recebem cerca de 20% a menos que os homens. Nas posições de chefia, elas somam apenas 8% das profissionais. No entanto, não é apenas no trabalho que essa diferença ainda aparece. O desafio é aprender a combatê-la.



Lady Gaga ao lado das mulheres que subiram ao palco em sua apresentação no Oscar (Foto: Reprodução Instagram)

O sexismo na vida das mulheres

Em um momento social que é de amplo debate e tentativa de mudança, não é difícil encontrar personalidades assumidamente feministas. Lady Gaga, por exemplo, emocionou a todos durante a cerimônia do Oscar, no último domingo, dia 29.

Ela cantou *Til it happens to you*, do filme *Hunting Ground*, que foi indicada à categoria de *Melhor Canção Original*. Ao lado de mulheres que exibiam frases como incentivo a vítimas de violência sexual, Gaga colocou o tema em pauta.

Mas não é preciso pensar em situações tão extremas para falar do sexismo. Ainda há quem acredite que mulheres não são capacitadas para a ocupação de cargos de chefia ou que deveriam ficar em casa para cuidar dos filhos e do marido.

Já pode casar, moça, boa garota e outras expressões semelhantes também ajudam a reforçar o machismo. Afinal, o casamento não é o sonho de todas as mulheres, por exemplo. Vale repensar.

O assédio é outra face comum do machismo. Segundo a campanha Chega de Fiu Fiu, desenvolvida pelo projeto Olga, cerca de 85% das mulheres já teve partes do seu corpo tocadas sem permissão.

Já os abusos psicológicos e físicos no ambiente profissional foram registrados por cerca de 52% das mulheres economicamente ativas, segundo um levantamento da Organização Internacional do Trabalho. De confidências indiscretas a toques íntimos, as vítimas de perseguição que surgem do

sexismo são mais frequentes do que se pensa.



Por que é importante denunciar

Apenas 10% dos casos de estupro no Brasil são de conhecimento da polícia, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os dados de 2014 demonstram a falta de denúncias por parte das vítimas de violência sexual.

Para denunciar, é necessário ir até uma delegacia e abrir um boletim de ocorrência. Pode parecer difícil, mas também é uma atitude que precisa ser incentivada. Hoje já existem leis específicas para garantir a proteção feminina em casos como esses, a exemplo de Maria da Penha.

E aí, o que você acha sobre o assunto? Deixe um comentário! E não esqueça de compartilhar suas experiências e tirar suas dúvidas no [Fórum de Discussão Doutíssima!](#) [Clique aqui para se cadastrar!](#)

Acesse no site de origem: [Sexismo: uma realidade ainda presente no dia a dia \(Doutíssima, 03/03/2016\)](#)

Trabalho doméstico atrai menos as mulheres mais jovens, avalia Ipea

(Agência Brasil, 30/12/2015) É cada vez menor o interesse de mulheres jovens pelo trabalho doméstico

Nos últimos dez anos houve um envelhecimento da categoria de trabalhadoras domésticas. Em 2004, as domésticas com idade entre 18 e 29

anos representavam 30% da categoria e, em 2014, o percentual caiu para 14%. O número pode indicar que a ocupação perdeu atratividade entre as mulheres mais jovens. Elas têm tido a chance de estudar mais e entram no mercado de trabalho em outras ocupações.

A análise está no estudo Pnad 2014 - Breves Análises, uma nota técnica feita com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e lançado hoje (30) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Há duas questões que vão afetar o setor daqui para frente. Um é o envelhecimento dos empregados. Com as melhorias nas condições econômicas ele [o setor] se tornou pouco atrativo. Esse é um fator de estruturação do setor, porque vai escasseando a mão de obra e a capacidade de negociação das trabalhadoras melhora”, disse o diretor de estudos e políticas sociais do Ipea”, André Calixtre. A segunda questão é a PEC das Domésticas que, segundo ele, vai impulsionar a estruturação do setor, ao garantir direitos”.

De acordo com a nota técnica do instituto, “a estrutura de proteção social do emprego doméstico tem melhorado ao longo dos últimos dez anos, no entanto, permanece mais precária do que a média dos outros empregos”. O texto cita os avanços legislativos com a aprovação recente da PEC das Domésticas e da Lei Complementar 150/15, que regulamenta a atividade e cujos efeitos devem refletir nas pesquisas dos próximos anos.

Outra transformação analisada é a da estrutura familiar dos brasileiros nos últimos dez anos, que mostra arranjos diferentes do tradicional modelo formado por um casal com filhos. Os domicílios ocupados por casal com filhos diminuíram dez pontos percentuais entre 2004 e 2014, passando de 54,8% para 44,8%. Esse modelo familiar cedeu lugar aos lares formados por casais sem filhos, com homens ou mulheres sozinhos e por lares chefiados exclusivamente por mulheres.

André Calixtre avalia que a queda de dez pontos percentuais no período representa uma mudança rápida e profunda. “Temos uma sociedade mais moderna e aberta do que há dez anos. Os arranjos familiares mudaram radicalmente. Está cada vez mais difícil compreender dentro do domicílio de

quem é a renda principal e de quem é a renda secundária. Há uma mudança estrutural no modo de vida das pessoas”, disse.

O estudo mostra que cresceu o número de domicílios em que os casais não pretendem ter filhos. Enquanto em 2004 representavam 12,4%, em 2014 eram 20,2%.

A análise do Ipea aponta que a base estruturante dos avanços sociais que vêm sendo feitos desde 2003 permanecem. Há crescimento real da renda do trabalhador, diminuição de desigualdades e aumento da escolaridade. Os dados da [Pnad](#) mostram uma redução na taxa da pobreza extrema que caiu 29,8% de 2013 para 2014.

Acesse no site de origem: [Trabalho doméstico atrai menos as mulheres mais jovens, avalia Ipea \(Agência Brasil, 30/12/2015\)](#)

Painel Pequim+20 debate desafios para promover igualdade de gênero no trabalho

(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 01/12/2015) A presença das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado de forma contínua nas últimas décadas. Entretanto, é sobre elas que recai o trabalho doméstico e as tarefas de cuidado, e mesmo com mais anos de estudo e exercendo as mesmas funções elas ainda ganham menos do que os homens. Para as mulheres negras, a essa conta também se soma o racismo, que faz com que tenham ainda mais dificuldade de acessar o mercado formal, quando comparadas às mulheres brancas.

Leia também: [Mulheres sofrem maior desigualdade salarial nos estados mais ricos do País \(DCI, 02/12/2015\)](#)

Tais desafios foram pautados na mesa de abertura do *Painel Pequim+20: Promover o acesso das mulheres a empregos de qualidade em contexto de crise econômica*, promovido pelo Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres e Fundação Ford. Realizado no dia 22 de outubro, o evento reuniu especialistas de diferentes estados que apontaram direções para superar dificuldades novas e estruturais no mercado de trabalho, no ano em que a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China, completa 20 anos.

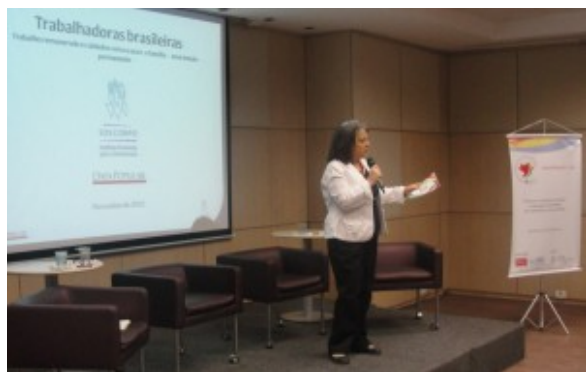


Representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman destaca recomendações para igualdade de gênero no trabalho (*Fotos: Gêssica Brandino*)

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, destacou que, nos últimos 13 anos, políticas como o aumento do salário mínimo, o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida fizeram diferença na vida das mulheres, reduzindo a desigualdade no país. Nadine também falou do papel da ONU Mulheres e da necessidade de transformações nas economias para que os direitos das mulheres sejam efetivados. O relatório de 2015 da organização tem como foco o avanço das economias no mundo e a necessidade de promover mudanças para conquistar direitos.

“Para a ONU Mulheres, é urgente a mudança de rumo na economia mundial para que as mulheres tenham acesso igualitário aos recursos produtivos, como emprego de qualidade, crédito, tecnologia, propriedade e proteção social, inclusive no emprego. A economia deve garantir que as mulheres

tenham condições suficientes para uma vida digna.”



Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, apresenta dados da pesquisa “Trabalho Remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente”

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, falou sobre a importância da Plataforma de Pequim na formulação de leis e programas que permitiram avanços incontestáveis ao longo de 20 anos. “A Plataforma de Pequim tornou-se referência para os mais de 180 países signatários, entre eles o Brasil, ao orientar ações para a promoção da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Foi e continua sendo um documento de referência.”

Jacira também apresentou [dados da pesquisa “Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente”](#), realizada em 2012 pelo Data Popular, SOS Corpo e Instituto Patrícia Galvão. O estudo mostra que 91% das mulheres consideram o trabalho remunerado fundamental e 73% acumulam a realização de tarefas domésticas nas próprias casas; dessas, 71% não contam com a ajuda do parceiro. Além disso, a pesquisa também aponta que conseguir uma vaga em creche é uma das principais dificuldades encontradas por mulheres que trabalham, de diferentes classes sociais.

Principais dificuldades enfrentadas por mulheres que trabalham fora de casa Create bar charts

Mercado de trabalho A coordenadora executiva do DIEESE, Patrícia Pelatieri, apresentou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(PNAD) do IBGE que mostram a entrada de 6 milhões de mulheres no mercado de trabalho formal entre 2004 e 2013, acompanhada pela queda do desemprego feminino, que passou de 11,5% para 8,4%.



Patrícia Pelatieri apresenta dados da PNAD 2013 sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho

“É verdade que a presença feminina foi beneficiada por uma política econômica internacional favorável, que proporcionou o crescimento brasileiro, mas os avanços foram possíveis devido a opções políticas feitas a partir de 2003. A política favorável ao emprego, mercado interno e formalização fortaleceu a negociação coletiva, que trouxe para os assalariados um ganho significativo na redução das desigualdades”, ressaltou Patrícia. Um exemplo citado pela coordenadora do DIEESE foi o Programa Microempreendedor Individual, que possibilitou trazer para a formalidade 2 milhões de mulheres, conforme dados do Portal do Microempreendedor. Também houve um aumento da presença de mulheres em cargos de direção, que passou de 41,3% para 45,5%, segundo a RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. Entretanto, a diferença salarial entre dirigentes homens e mulheres apresentou pequena redução e elas seguem ganhando menos.

Índice de trabalho decente A partir de indicadores da PNAD dos últimos 20 anos, a socióloga Felícia Silva Picanço, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolveu o indicador do Índice do trabalho decente, com base no conceito estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho.



Felícia Picanço destaca fatores que interferem no acesso das mulheres ao trabalho decente

Felícia compilou os dados por segmentos de ocupação que mostram que, em relação ao emprego doméstico, houve redução do acesso ao trabalho decente devido ao processo de diarização, pois muitas mulheres passaram a trabalhar como diaristas para elevar sua remuneração. O indicador mostra ainda que anos de estudo, deslocamento entre casa e trabalho, cor, idade e o fato de viver em zonas urbanas são os principais fatores que pesam para que as mulheres tenham trabalhos decentes. Felícia frisou que “o processo de interpenetração dos sexos nas ocupações tipicamente masculinas ou femininas incide diretamente na queda da segregação. Esse é um dos grandes elementos para se pensar na inserção das mulheres em um contexto de crise”.

Índice do trabalho decente - comparação entre homens e mulheres, 2012
Create column charts

As variáveis também evidenciam a influência do desenvolvimento urbano na aquisição de bons empregos. “A mobilidade territorial e as condições de vida chamam atenção porque dizem respeito não só à circulação na cidade, mas também à equidade na distribuição de bons empregos. Para buscar melhores trabalhos, as mulheres precisam se deslocar mais e para isso precisam de suporte para cuidar de suas famílias.”

Mulheres negras

Felícia também destacou que o fator raça/cor pesa mais para as mulheres do que para os homens no acesso a bons empregos. Nessa direção, a

representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman, fez referência à pesquisa Ethos de 2010, que aponta para a disparidade nas condições enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho. Os dados revelam que as negras recebem metade da remuneração das brancas e 300% menos do que um homem branco. Ao mesmo tempo, as mulheres negras respondem por 70% das famílias com renda de até um salário mínimo, chefiam 51% dessas famílias e permanecem longe dos cargos de liderança: representam somente 1,5% do grupo dos executivos do Brasil.

Diante dessa realidade, as 70 empresas que aderiram ao Pacto pela igualdade das mulheres, proposto pela ONU Mulheres no Brasil, receberam como desafio combater o racismo no ambiente institucional. “Com maioria da população negra, o Brasil tem o desafio de acelerar a igualdade de gênero de forma articulada com a dimensão racial. Sem isso será impossível avançar”, alertou Nadine, destacando “a perversa sistemática presente na vida das mulheres negras, que ocupam a base da pirâmide socioeconômica e política do país”.

Cenário de crise

A economista do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP, Marilane Teixeira, problematizou que, apesar do avanço na inserção feminina no mercado formal de trabalho, ainda há 35 milhões de mulheres em idade ativa que não estão inseridas.

“A dinâmica de inserção das mulheres no mundo do trabalho não se dá pelo próprio mercado. Há um componente fundamental que é a formulação de políticas públicas que contribuem e interferem nessa forma de inserção”, destacou a pesquisadora, lembrando que “é a inserção na estrutura reprodutiva que determina a forma como as mulheres se inserem na estrutura produtiva”.

Marilane citou o avanço nas negociações pela implementação da licença maternidade ampliada de 180 dias e a luta dos movimentos sindicais pelo aumento da licença paternidade e pelo acesso à creche. “Do ponto de vista das tarefas e responsabilidades familiares, há uma sobrecarga que ainda recai sobre as mulheres. Essa dificuldade determina uma forma de inserção

em que as mulheres vão buscar empregos em que o deslocamento é menor.”

A coordenadora do DIEESE, Patrícia Pelatieri, alertou que no contexto de crise há uma investida contra os direitos dos trabalhadores, com uma forte tentativa de desregulamentação total do mercado de trabalho. E Marilane acrescentou que as mulheres não são as mais afetadas pelo processo de terceirização, porque a maioria está no mercado informal, como é o caso do setor têxtil.



Desconstrução de papéis de gênero é determinante para ascensão das mulheres no mundo do trabalho, explica Moema Guedes

A socióloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Moema de Castro Guedes, também destaca a existência do custo de oportunidade em estar ou não empregada, que afeta principalmente as mulheres com menos escolaridade e salários mais baixos. “Em um cenário em que o desemprego aumenta, além de serem mais pressionadas por estarem em cargos mais vulneráveis, elas podem optar por sair do mercado de trabalho, coisa que a mulher que está no topo não faz porque o salário dela é muito mais alto.”

Desconstrução de papéis de gênero

Moema frisou que, apesar de a figura do homem como provedor da família estar em franca desconstrução - conforme mostram dados do Ipea, que indicam que 40% da renda familiar é gerada pelo trabalho feminino -, a

imagem das mulheres como únicas cuidadoras não está em desconstrução na mesma intensidade e velocidade, o que causa um descompasso.

A socióloga destacou como ainda é pouco estudado o fato de que as políticas impactam de formas diferentes homens e mulheres. “Para elas, a diminuição de uma hora na escola faz total diferença e é prejudicial, porque repercute na dinâmica que vai ter com o mercado de trabalho. O debate às vezes é muito circunscrito às crianças, mas com o envelhecimento da população precisamos considerar o peso dos idosos e a necessidade de novos arranjos, para o Estado, família e mercado”.

Felícia ressaltou que é preciso pensar nas representações de gênero desde a infância, chamando atenção para a divisão de tarefas e para a ampliação das escolhas profissionais.

“Ampliar o horizonte das representações de gênero significa modificar o olhar sobre as possibilidades de inserção das mulheres na vida reprodutiva, dentro e fora do mercado de trabalho. Esse é um ponto em que não amadurecemos em termos de demanda”, avalia.

Cuidados com a casa também fazem parte da rotina da mulher que trabalha fora Create pie charts

Outro ponto que precisa ser estudado e discutido, na visão de Marilane Teixeira, é o ambiente de trabalho das mulheres, onde são reproduzidos estereótipos de gênero e também atos de violência. “Há um uso impressionante da sexualidade como elemento de opressão dentro do ambiente de trabalho. Elas são agredidas e assediadas moralmente através da questão sexual. Há casos de mulheres que são obrigadas a desfilarem de *lingerie* caso não cumpram as metas, além de rifas de uma noite com elas”.

Bê-a-Bá da legislação da violência doméstica contra a mulher

(Revista AzMinas, 01/09/2015) Nossa advogada esclarece dúvidas sobre crimes de gênero nesta edição - e explica como você pode agir se for vítima de um

É amiga, nossa sociedade ainda é baseada na crença de que homens dominam as mulheres - que devem se sujeitar à sua autoridade e vontade. Apesar do espaço conquistado por nós na vida pública nas últimas décadas, o machismo é reforçado o tempo todo na cultura brasileira pela própria sociedade. O Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), por exemplo, reconhece que a violência de gênero é um reflexo direto do machismo, que coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem.

Mas não se desespere pois a lei tem avançado muito - e a seu favor! E devemos isso às mobilizações sociais que combateram e combatem a violência de gênero. Uma das maiores conquistas da última década foi a aprovação da Lei nº 11.340/2006 - a famosa Lei Maria da Penha -, que criou instrumentos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Deixando o juridiquês de lado, a Lei Maria da Penha, basicamente, protege as mulheres contra qualquer violência doméstica de gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou patrimonial e seja cometida por alguém que tenha um vínculo afetivo com ela.

Em 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu mais um passo para que essa lei se tornasse ainda mais incrível: decidiu que, para que uma agressão contra a mulher seja considerada violência doméstica e familiar, basta que tenha acontecido em decorrência de uma relação amorosa. Ou seja, hoje em dia, se uma mulher for agredida por seu companheiro, não precisa mais comprovar que viviam sob o mesmo teto ou que ela estava em posição vulnerável. A Ministra Laurita Vaz, do STJ, concluiu que a mulher sempre está em posição de vulnerabilidade, no tocante a constrangimentos físicos,

morais e psicológicos, já que o homem é, em geral, fisicamente mais forte. “É preciso que o Estado ofereça proteção especial para reequilibrar a desproporcionalidade existente (de forças entre homem e mulher)”, ela defendeu.

O que tudo isso significa na prática? Que a lei brasileira considera como violência doméstica algo que pode acontecer em qualquer relação íntima de afeto - vale marido, namorado, noivo, rolinho e todo o resto. E a expressão “violência doméstica” inclui não só a violência física, mas qualquer conduta que ofenda a integridade da mulher, cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o seu pleno desenvolvimento ou diminua sua capacidade de controlar as próprias ações, comportamentos, crenças e decisões. A violência não vem sempre em forma de tapas, mas com ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir e um monte de outras coisas.

E existe ainda a violência sexual. Sim, amiga, namorado e marido também estupram. Você tem direito de desistir de uma relação sexual em qualquer parte do processo, mesmo que a penetração já esteja acontecendo! Se seu parceiro te constranger a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual não desejada, usando intimidação, ameaça, coação ou uso da força, isso é violência sexual. Se ele te forçar a vender a sua sexualidade, impedir que use qualquer método contraceptivo ou forçá-la ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, é violência sexual.

Existe ainda a violência patrimonial. Isso acontece quando o parceiro abusivo retém ou destrói, parcial ou totalmente, seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Por fim, a violência moral pode ser entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Portanto, a violência doméstica e familiar contra a mulher - não se aplica à Lei Maria da Penha em favor do homem, isso é assunto pra outro artigo - abrange uma série de ações e omissões que atingem diariamente milhares de mulheres brasileiras, independente de classe social. Ao contrário do que

muitos pensam, a violência não é apenas a agressão física. A violência psicológica é muito mais comum do que imaginamos e suas consequências perduram por anos, muitas vezes por toda a vida.

Se você já sofreu ou está sofrendo violência doméstica, há instrumentos legais que podem protegê-la (medidas protetivas de urgência que poderão ser aplicadas de imediato pelo juiz), tais como a determinação judicial para o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, a proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, sendo fixado o limite mínimo de distância, o pagamento de pensão, dentre outros.

O primeiro passo é procurar ajuda. Há uma Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que funciona 24 horas por dia e recebe ligações de qualquer lugar do país. Eles recebem as denúncias e as encaminham aos órgãos competentes. A ligação é gratuita de telefone fixo ou celular. Você também pode ir até a delegacia da mulher mais próxima da sua casa (ou qualquer delegacia, caso não haja delegacia especializada da mulher), registrar um boletim de ocorrência narrando todos os fatos e pedir imediatamente todas as medidas protetivas de urgência necessárias, inclusive o seu acolhimento e o de seus dependentes em um abrigo de proteção.

É comum que as vítimas sintam medo e tentem negar a violência que estão sofrendo, muitas vezes em decorrência da própria manipulação do agressor. Seja forte e dê um basta. Procure o apoio de amigos e familiares. A violência pode começar com xingamentos, controle excessivo e desrespeito. Porém, está comprovado que, na maioria dos casos, ela evolui para atos cada vez mais graves. Não permita que isso aconteça. Você merece ser respeitada. Sem violência a vida pode ser maravilhosa!

Lívia Magalhães - Lívia é movida por uma paixão em defender os grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, crianças, LGBT, pessoas com deficiência e todos aqueles que tem seus direitos constitucionais violados). Advogada especializada em Direito Criminal e de Família, é sócia do escritório Magalhães & Duarte Advocacia e presidente da Comissão de Defesa dos

Direitos da Pessoa com Autismo da OAB/DF. Acumula também os cargos de coordenadora de Execução Penal da Comissão de Ciências Criminais e Segurança Pública da OAB/DF, de Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB) e advogada da Revista AzMina. Pra dar conta de tudo isso e ainda gastar um tempinho com seu cachorro fofíssimo Max, ela é ligada na tomada 220V, 24 horas por dia!

Acesse no site de origem: [Bê-a-Bá da legislação da violência doméstica contra a mulher \(Revista AzMinas, 01/09/2015\)](#)

Trabalhadores com carteira assinada representam cerca de 30% do contingente de empregados domésticos

(Folha de S.Paulo, 08/06/2015) A retração da economia brasileira já interrompeu a queda da oferta da mão de obra doméstica observada desde 2008, período em que o crescimento do país ampliou o acesso à educação e a alternativas de emprego.

O achatamento da renda da classe média e o aumento dos encargos para a contratação de domésticos introduzidos pela nova regulamentação do trabalho no setor ameaçam, por outro lado, abalar a demanda por esses profissionais no país.

Especialistas consideram que a combinação desses fatores pode afetar os salários pagos ao doméstico ou os modelos de contratação, mas não preveem alta do desemprego ou da informalidade.

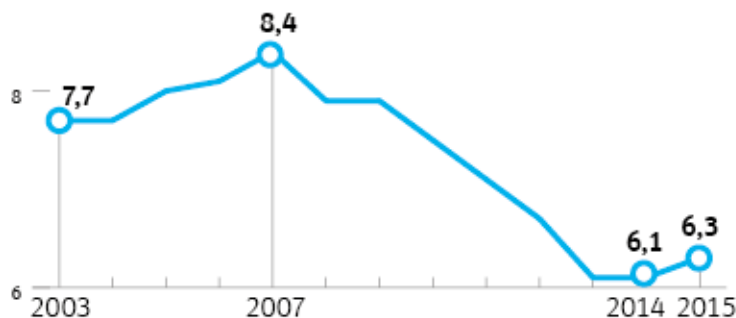
“Não vejo esse mercado em retração. Claro que há um encarecimento, mas, como a distribuição de renda é muito favorável aos mais ricos, a tendência é que as camadas mais altas continuem a ter mão de obra servil dentro de casa”, afirma a economista Hildete Pereira de Melo, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense) que pesquisa o trabalho doméstico há mais de 30 anos.

TRABALHO EM CASA

Em queda desde 2008, proporção de domésticos* no total de trabalhadores tem leve aumento

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas no serviço doméstico

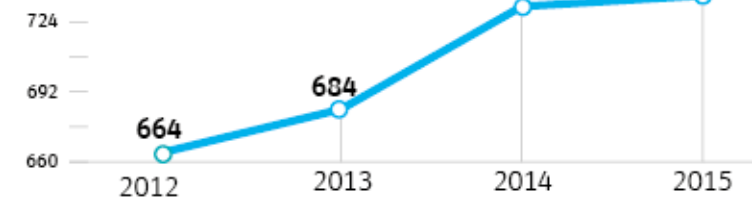
Em relação ao total de empregados nas 6 principais regiões metropolitanas no mês de abril, em %



Estoque de trabalhadores domésticos no trimestre encerrado em abril no país, em milhões



Salário médio pago ao doméstico no período no país, em R\$**



*inclui diaristas **valores corrigidos pela inflação
Fonte: PME (6 principais regiões metropolitanas) e PNAD Contínua (todo o país) do IBGE

Ela avalia que, diante da crise econômica, os salários dos trabalhadores domésticos podem dar “uma barateada” e as famílias podem passar a preferir diaristas, para não caracterizar o vínculo de emprego.

Números do IBGE mostram que o total de trabalhadores atuando no mercado

doméstico subiu ligeiramente neste ano. Como proporção do total de empregados, também houve alta da participação da categoria, de 6,1% para 6,3%, após sete anos de queda quase ininterrupta.

Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, diz que a variação ainda é pequena, mas indica estabilização de um mercado que estava em queda.

“Com o cenário econômico mais favorável, as domésticas, principalmente as mais novas, estavam migrando para novos grupamentos de trabalho. Agora, diante da falta de oportunidade em outras áreas, algumas trabalhadoras estão retornando ou ingressando pela primeira vez no mercado doméstico”, diz.

NOVAS REGRAS

A presidente Dilma Rousseff sancionou na última terça (2) legislação aprovada pelo Congresso regulamentando o trabalho doméstico. Com as novas regras, aumenta o custo para o empregador.

Apesar da redução da contribuição patronal para o INSS -de 12% para 8%-, o recolhimento da contribuição ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), equivalente a 8% do salário, passou a ser obrigatório. Foram estipuladas, ainda, alíquotas de 3,2% para um fundo de indenização em caso de demissão sem justa causa e de 0,8% para seguro contra acidentes.

Os trabalhadores com carteira assinada representam cerca de 30% do contingente de empregados domésticos.

Para Luana Pinheiro, pesquisadora do Ipea, como o salário da doméstica é relativamente baixo, o impacto das novas regras é pouco significativo para o empregador que já assina a carteira.

Segundo a pesquisadora, a obrigatoriedade do pagamento da hora extra -em vigor desde 2012- tem peso maior sobre o custo, mas ainda assim não gerou desemprego. Ela avalia que esse será o caso mesmo com deterioração da economia.

“A redução dessa mão de obra é uma tendência mundial. Mas a sociedade brasileira se organizou em cima do trabalho doméstico, e não temos estruturas de Estado que nos compensem com políticas de cuidados”, diz.

Isabel Versiani

Acesse no site de origem: [Com crise, sobe número de domésticas \(Folha de S.Paulo, 08/06/2015\)](#)

Especialista inglesa destaca papel do feminismo negro no enfrentamento à violência

(Agência Patrícia Galvão, 19/05/2015) A luta pelo fim da violência contra mulheres e jovens negras, refugiadas e de minorias étnicas mobiliza Marai Larasi há mais de 20 anos. Ativista em mídia, juventude, gênero e violência, ela é diretora executiva da Imkaan, organização não governamental feminista negra, sediada no Reino Unido. Marai será uma das palestrantes do I Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, que ocorrerá entre 20 e 21 de maio, em São Paulo.

Leia mais:

[Prevenir violência contra as mulheres exige desconstrução cultural, defendem especialistas \(Opera Mundi, 19/05/2015\)](#)

[Mau comportamento masculino não pode ser aceito, diz antropólogo \(Folha de S. Paulo, 17/05/2015\)](#)

[‘A cultura da violência está introjetada em todos nós’, alerta médica e pesquisadora de violência contra as mulheres \(Agência Patrícia Galvão, 14/05/2015\)](#)

A Imkaan atua com o conceito de feminismo negro, que oferece uma análise

interseccional sobre o sexismo sofrido pelas mulheres negras combinado ao racismo. “Nossas lutas antiracistas são tão importantes quanto nossas batalhas contra o patriarcado”, destaca Marai. “Feminismo negro nos proporciona uma formação e guia de como enquadrar nosso trabalho, como desafiamos a opressão e como imaginamos e trabalhamos em direção a um mundo de igualdade para todos nós”, completa.

Marai menciona que mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas experimentam as mesmas violências que todas as outras mulheres, mas sofrem ataques específicos relacionados a sua condição racial.

No Brasil, as mulheres negras são vítimas de mais de 60% dos assassinatos de mulheres no país, segundo o Ipea. Somado a esse dado, informações do Ministério da Justiça revelam que das 130 vítimas de tráfico de pessoas identificadas em 2012, 42% delas eram mulheres pretas ou pardas e 65% tinham até 29 anos.

As mulheres negras são ainda 60% das mães mortas durante partos no SUS, de acordo com o Ministério da Saúde. Além disso, segundo estudo publicado em agosto de 2014 pelo Laboratório de Análises Estatísticas, Econômicas e Sociais das Relações Sociais do Instituto de Economia da UFRJ o rendimento médio das mulheres pretas e pardas chegava a ser até 140% menor que o de homens brancos no País

A palestra de Marai Larasi abrirá o eixo “Juventude e a Cultura da Violência contra as Mulheres”, que contará em seguida com o painel composto pela professora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Maria Luiza Heilborn; pelo professor de antropologia da Brown University, Matthew Gutmann; e pela professora de antropologia da Universidade de São Paulo, Heloísa Buarque.

[Confira a programação completa do Seminário](#)